



Contrato nº 010/2023
CIPLAC
Placas de Homenagens

**TERMO CONTRATUAL FUNDAMENTADO
NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 EM QUE
FIGURAM, COMO CONTRATANTE, A
CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO, E COMO
CONTRATADA, CIPLAC COMÉRCIO DE
PLACAS E CARIMBOS LTDA., PARA A
*PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO
DE PLACAS DE HOMENAGENS E MEDALHAS
PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO,*
**EM RAZÃO DO DESFECHO DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 012/2023, BASEADO NA
LEI FEDERAL Nº 10.520/2002 E SUAS
ALTERAÇÕES.****

Figuram no presente termo, como parte:

CONTRATANTE: A **CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO**, Poder Legislativo Municipal, sediada na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jd. Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº 51.364.933/0001-07, neste ato representado pelo seu Presidente, o Ver. **JOAQUIM ANTONIO DA ROSA NETO**, brasileiro, administrador, viúvo, portador da Cédula de Identidade, RG, nº _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, CEP _____, nesta Comarca;

E, de outro lado, como;

CONTRATADA: **CIPLAC COMÉRCIO DE PLACAS E CARIMBOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 54.472.097/0001-64, situada na Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, nº 29, Praça da Sé, Capital, Estado de São Paulo, CEP 01017-010, neste ato devidamente representada por seu sócio-proprietário, o Sr.



Pág. 1/18





CÍCERO PIRES DE CARVALHO, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Estado de _____, CEP _____, tendo em vista o resultado do processo de licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 012/2023**, têm entre si justo e contratado a **prestação de serviços de confecção de placas de homenagens e medalhas para a Câmara Municipal de Suzano**, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de confecção de placas de homenagens e medalhas para a Câmara Municipal de Suzano, em conformidade com o Termo de Referência do edital (ANEXO III) do Pregão Eletrônico nº 012/2023, autorizado pelo Ato da Mesa nº 026/2023, de 04 de agosto de 2023.

1.2. A presente contratação tem por fundamentação legal a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações e atualizações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato possui duração de 12 (*doze*) meses, vigendo de 27 de outubro de 2023 a 27 de outubro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PREÇOS, PAGAMENTOS, REAJUSTES E DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Ao presente instrumento termo atribui-se o valor global de **R\$ 55.000,00** (*cinquenta e cinco mil reais*), salvo o disposto na cláusula "3.5".

3.1.1. Os valores unitários referentes ao Lote 01, objeto desta contratação, são:

Item 1- Confecção de placa de homenagem-Imigração Japonesa, quantidade: 60 (*sessenta*) unidades, valor unitário: **R\$ 170,00** (*cento e setenta*) reais.





Item 2- Confecção de placa em aço escovado com moldura de vidro, acondicionada em caixa de papel, quantidade: 80 (*oitenta*) unidades, valor unitário **R\$ 560,00** (*quinhentos e sessenta*) reais

3.2. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento pelo(s) serviço(s) prestado(s) no prazo de vencimento da nota fiscal/fatura, ou, na ausência da data de vencimento, em 5 (*cinco*) dias após a entrega do documento fiscal, na Diretoria de Contabilidade e Orçamento da Câmara Municipal de Suzano, devidamente atestado conforme subitem “13.1” do edital.

3.3. As despesas oriundas desta CLÁUSULA serão suportadas por recursos próprios da **CONTRATANTE** consignados na dotação **02.17.17 01.031 7040 4051 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**, do orçamento vigente.

3.4. O(s) preço(s) contratado(s) é(são) fixo(s) e não sujeito(s) a reajuste(s).

3.5. Nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do **CONTRATADO** e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA QUARTA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital.

4.2. Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas para efetivo atendimento ao objeto contratado, tais como materiais, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:





5.1.1. Prestar o Serviço que lhe foi contratado, em estrita conformidade com o Edital do **Pregão Eletrônico nº 012/2023** e a proposta apresentada.

5.1.2. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, parafiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes da execução deste instrumento.

5.1.2.1. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos acima descritos **não** transfere à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto e o valor do presente contrato.

5.1.3. O inadimplemento da **CONTRATADA** em relação aos encargos acima descritos não transfere à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto e o valor do presente contrato.

5.1.4. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo apresentar documentação revalidada se, no decorrer da execução deste instrumento, quaisquer delas perder sua validade.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

6.1.1. A **CONTRATANTE**, por meio de seu **Encarregado da Equipe do Cerimonial**, efetuará o acompanhamento e a fiscalização da execução do presente instrumento, nas formas do art. 67 c/c art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.1.1.1. O serviço objeto do presente contrato será acompanhado por servidor designado no parágrafo anterior que efetuará a conferência e, estando de acordo, atestará o respectivo recebimento.

6.1.1.2. A atestação descrita no parágrafo anterior é condição *sine qua non* para a realização do pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA NOVAÇÃO



Pág. 4/18





7.1. A abstenção, pela **CONTRATANTE**, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato, ou a ocorrência de descumprimento de qualquer obrigação da **CONTRATADA**, não será considerada novação, renúncia ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA OITAVA DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 A **CONTRATADA** obriga-se a não subcontratar o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA NONA DA GARANTIA

9.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

10.1. A rescisão se dará:

- a) por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Federal nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- c) por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições; ou
- d) por falência, dissolução judicial ou qualquer alteração social da **CONTRATADA** que prejudique a sua capacidade de executar fielmente o presente contrato, a critério da **CONTRATANTE**.

10.2. O contrato poderá ser rescindido pela **CONTRATANTE**, de forma unilateral e administrativamente, total ou parcialmente, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, sem que à **CONTRATADA** assista o direito de qualquer indenização se esta:

- a) Falir;
- b) Ter seus Diretores e Sócios-Gerentes títulos protestados;
- c) Transferir o presente contrato, no todo ou em parte, a terceiros; ou





d) Estiver impossibilitada de dar perfeito e cabal desempenho às obrigações assumidas.

10.3. A **CONTRATADA**, neste ato, reconhece expressamente o direito da **CONTRATANTE** de rescindir administrativamente o presente contrato ou parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA **DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/2002, a **CONTRATADA** que:

11.1.1. Descumprir total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Não executar, falhar ou fraudar a execução do contrato;

11.1.4. Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo e/ou de má-fé; e,

11.1.6. Cometer fraude fiscal.

11.2. Resguardados os preceitos legais e garantido o direito à ampla defesa, a **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (*dois*) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nos seguintes casos e percentuais:

11.3.1. de 1% (*um por cento*) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual.





11.3.2. de 10% (*dez por cento*) calculado sobre o valor do contrato, pela interrupção da execução do contrato sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

11.3.3. de 15% (*quinze por cento*) calculado sobre do contrato, pela inexecução total do contrato.

11.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.5. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à **CONTRATADA** se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do contrato, nos seguintes prazos e situações:

11.5.1. Por até 06 (*seis*) meses:

11.5.1.1. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para a **CONTRATANTE**;

11.5.2. Por até 2 (*dois*) anos:

11.5.2.1. Não conclusão dos serviços contratados;

11.5.2.2. Prestação do serviço em desacordo com as especificações constantes da Autorização de Faturamento depois da solicitação de correção efetuada pela **CONTRATANTE**;

11.5.2.3. Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE**, ensejando a rescisão do contrato por sua culpa;

11.5.2.4. Condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos e contribuições, praticada por meios dolosos;

11.5.2.5. Apresentação, à **CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato, ou para comprovar, durante sua execução, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

11.5.2.6. Ocorrência de ato capitulado como crime praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;

11.5.2.7. Reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do





contrato, sem consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

11.6. A declaração de inidoneidade será aplicada à **CONTRATADA** se, entre outros casos:

11.6.1. sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;

11.6.2. demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados; ou,

11.6.3. reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da **CONTRATANTE**.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, observado o disposto no §2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, respondendo ainda a **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE**, na forma do parágrafo único do art. 416 do Cód. Civil Brasileiro.

11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes e agravantes, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1. As Partes obrigam-se a observar a privacidade das informações dispostas neste Instrumento, com vistas a Legislação Vigente, comprometendo-se a manter em sigilo e proteger todos os dados pessoais fornecidos em razão da presente avença, exceto nos casos em que seja obrigado por lei a revelar as informações protegidas, em consonância ao disposto na Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

12.2. Para fins do Presente Instrumento, aplicam-se as seguintes definições relacionadas à Proteção de Dados Pessoais, todas retiradas da Lei Federal n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme segue:

a) Controlador: pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;





- b) Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- c) Encarregado:** é pessoa nomeada para atuar como meio de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- d) Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- e) Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- f) Dado Pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- g) Banco de Dados:** conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- h) Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- i) Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sensível é todo dado que diz respeito à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos, ou dado biométrico.

12.3. As Partes declaram estar em conformidade com a legislação vigente aplicável ao tratamento de dados pessoais, incluindo, mas não se limitando, à Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em especial a observância dos princípios e hipóteses para tratamento de dados pessoais, elencados nos artigos 6º, 7º e 11º, ambos da Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

12.4. A **CONTRATADA** autoriza, de forma livre, informada e inequívoca, que a **CONTRATANTE** realize o tratamento dos dados pessoais constantes no presente Instrumento, para fins de execução do presente Contrato, em conformidade com o disposto no Artigo 7º, I e V da Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

12.5. A **CONTRATADA** não poderá, em nenhum caso, utilizar os dados pessoais para finalidade distinta ao objeto deste contrato, em especial ao compartilhamento dos dados a terceiros, sob pena de rescisão do contrato, e responsabilização de quaisquer danos causados à **CONTRATANTE**, titulares dos dados ou terceiros.

12.6. A **CONTRATADA** não combinará dados pessoais da **CONTRATANTE** com dados de qualquer outra fonte, empresa, organização ou entidade, a menos que necessário para prestar os serviços objeto do presente contrato e sempre com a anuência prévia da **CONTRATANTE**.





12.7. A **CONTRATADA** não copiará ou reproduzirá os dados pessoais da **CONTRATANTE**, seja eletrônica ou fisicamente, para fins próprios ou para fins de qualquer prestador ou terceiro, bem como não poderá compartilhar com terceiros os dados pessoais obtidos para cumprimento deste contrato.

12.8. A **CONTRATADA** se compromete a obter a manifestação de consentimento de todos os eventuais titulares de dados que, em virtude da presente contratação, necessitem de tratamento.

12.9. A **CONTRATANTE**, além realizar o tratamento de dados pessoais para a finalidade do objeto deste contrato, realizará também o tratamento de dados para atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 e seguintes da Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

12.10. A **CONTRATADA** deverá eliminar os dados pessoais por ora disponibilizados pela **CONTRATANTE**, utilizados para execução do presente contrato após verificação de que a finalidade foi alcançada, sendo vedado o seu armazenamento, sem prejuízo às hipóteses de conservação dos dados, elencados no artigo 16º da Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

12.11. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE** e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), no prazo de 24 (vinte quatro) horas, de qualquer Incidente de Segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados abrangidos em razão do presente Instrumento, indicando os dados pessoais afetados, titulares envolvidos, medidas adotadas para mitigar os efeitos de tal incidente e demais determinações constantes no artigo 48 da Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

12.11.1. Entende-se por Incidente de Segurança todo e qualquer acesso não autorizado aos dados pessoais tratados por força da presente contratação, bem como situações, quer sejam acidentais ou ilícitas, de perda, destruição, vazamento, alteração, repasse ou demais formas que não estejam em conformidade com a Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

12.12. **CONTRATADA** limitará o acesso aos dados pessoais da **CONTRATANTE** apenas para os empregados ou agentes que necessitem acessá-los para executar suas funções e responsabilidades com relação aos serviços. Sob nenhuma circunstância alugará, venderá ou divulgará os dados pessoais da **CONTRATANTE**, exceto se devida e formalmente autorizada, nos termos deste contrato;

12.13. A **CONTRATADA** concorda em indenizar, e isentar integralmente à **CONTRATANTE**, seus funcionários e agentes de todas e quaisquer perdas, danos, taxas e despesas oriundas de quaisquer reivindicações oriundas ou relacionadas, de qualquer modo, à perda, alteração ou uso indevido, por parte da **CONTRATADA** ou de





seus operadores, dos dados pessoais da **CONTRATANTE**, ou ao acesso, compartilhamento, destruição ou divulgação não autorizados dos dados pessoais da **CONTRATANTE**.

12.14. Mediante notificação por escrito em um prazo de 1 (*um*) dia, à **CONTRATANTE** ou uma terceira pessoa indicada por ela, poderá auditar as instalações, redes, sistemas, procedimentos, tratamento e manutenção dos dados pessoais da **CONTRATANTE**, e a conformidade com este contrato, por parte da **CONTRATADA**.

12.14.1. A **CONTRATANTE** também estará autorizada a exercer tal direito de auditoria sempre que ocorrer um incidente de segurança dos dados.

12.14.2. A **CONTRATADA** prestará pleno apoio com tal auditoria, fornecendo acesso ao pessoal habilitado, instalações físicas, conforme aplicável, documentação, infraestrutura e qualquer software de aplicativo que trate informações confidenciais da **CONTRATANTE** e/ou dados pessoais da **CONTRATANTE** ou que, de outro modo, tenha acesso às redes e sistemas da **CONTRATANTE**.

12.14.3. A **CONTRATANTE** será responsável pelos custos e despesas de tal auditoria (ou pelas taxas e custos de um terceiro que realize a auditoria), a menos que tal auditoria revele violação significativa do contrato, caso no qual a **CONTRATADA** reembolsará ao **CONTRATANTE** por tais custos e despesas.

12.14.4. A **CONTRATADA** analisará e corrigirá prontamente todas as deficiências identificadas em tal auditoria;

12.15. A **CONTRATADA** notificará a **CONTRATANTE** se receber uma solicitação ou exigência de um órgão regulatório ou governamental com autoridade sobre a **CONTRATADA** ou a **CONTRATANTE** com relação ao tratamento de dados pessoais da **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**, e cooperar integralmente com a **CONTRATANTE** com relação a tal investigação ou auditoria.

12.16. A **CONTRATADA** notificará a **CONTRATANTE**, no prazo de 24 (*vinte e quatro*) horas, se receber solicitação de um titular dos dados da **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a solicitação à **CONTRATANTE** e prestar toda cooperação razoável necessária para atender à solicitação do titular dos dados da **CONTRATANTE** em conformidade com as leis aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA **DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS**





13.1. O TITULAR dos Dados Pessoais tratados em virtude da presente contratação poderá, mediante requisição por escrito, preenchimento de formulário constante no sítio eletrônico do CONTROLADOR ou envio de e-mail, solicitar, a qualquer momento:

- a) confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais;
- b) acesso aos seus dados pessoais;
- c) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- e) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, observados os segredos comercial e industrial;
- f) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, excetos nos casos previstos no artigo 16º da LGPD;
- g) A informação sobre o compartilhamento de dados com entes públicos e privados, quando existir;
- h) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- i) revogação do consentimento;
- j) peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional;
- k) Opor-se ao tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento.

13.2. O TITULAR poderá revogar o seu consentimento a qualquer momento, bem solicitar a eliminação dos dados pessoais a que se refere a cláusula anterior, desde que tais solicitações não se enquadrem nas hipóteses de tratamento e conservação de dados pessoais, indicadas nos artigos 7º, 11º e 16º, todos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, circunstâncias onde o CONTROLADOR obriga-se a manter os dados pessoais em seus arquivos físicos ou bancos;

13.3. O CONTROLADOR se resguarda no direito de impossibilidade de adoção da providência solicitada pelo TITULAR, nos casos dispostos nos artigos 16 e 18 VI, § 4, todos da Lei Geral de Proteção de Dados, desde que apresente justificativa da negativa no prazo legal;

13.4. O requerimento previsto no item 13.1 ser direcionada ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da **CONTRATANTE**, por meio do e-mail: protecaodedados@camarasuzano.sp.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

DO REGISTRO DE OPERAÇÕES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E RELATÓRIO DE IMPACTO





14.1 As partes obrigam-se a manter o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse, em consonância ao disposto no art. 37 da Lei 13.709/2018, bem como a elaborarem relatório de impacto à proteção de dados pessoais nos casos previstos na mesma legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA DAS PARTES INTEGRANTES DO CONTRATO

15.1. Respeitadas as disposições deste Contrato, passam a integrá-lo, com plena validade entre as partes, independente de transcrição, o Edital do Certame Pregão Eletrônico nº 012/2023 e todos os seus Anexos, além da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA DAS COMUNICAÇÕES

16.1. Todas as comunicações, relativas ao presente contrato, serão consideradas como regularmente efetuadas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou por telegrama no endereço da **CONTRATANTE**, bem como por e-mail com comprovante de leitura.

16.2. Quaisquer informações referentes ao tratamento de dados pessoais, que sejam de interesse da **CONTRATANTE**, deverá ser direcionada ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da **CONTRATANTE**, por meio do e-mail: protecaodedados@camarasuzano.sp.gov.br.

17.3. Caso seja de interesse da **CONTRATADA**, deverá ser direcionada ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da **CONTRATADA**, qual seja: **CÍCERO PIRES DE CARVALHO**. (A **CONTRATADA** deve indicar uma pessoa responsável para eventuais comunicações).

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Correrão por conta da **CONTRATANTE** as despesas que incidirem sobre a formalização deste contrato, inclusive, as decorrentes de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

18.2. A **CONTRATANTE** poderá rejeitar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços se em desacordo com este contrato.





18.3. A proposta da **CONTRATADA** forma anexo indissociável e inseparável deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA

DO FORO

19.1. Fica eleito, por convenção entre as partes, o Foro da Comarca de Suzano para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro foro por mais especial que seja.

19.2. E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Suzano, 26 de outubro de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO
Ver. JOAQUIM ANTONIO DA ROSA NETO
Presidente

CIPLAC COMÉRCIO DE PLACAS E CARIMBOS LTDA
CÍCERO PIRES DE CARVALHO
Sócio-Proprietário

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome: **Américo Mamoru Hayashi**

RG:

CPF/MF:

Assinatura: _____

Nome: **Yurika Haraki**

RG:

CPF/MF:



Pág. 14/18





TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO

CONTRATADA: **CIPLAC COMÉRCIO DE PLACAS E CARIMBOS LTDA.**

CNPJ DA CONTRATADA: **54.472.097/0001-64**

CONTRATO Nº: **010 / 2023**

VIGÊNCIA: **de 27 / 10 / 2023 a 27 / 10 / 2024.**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS DE HOMENAGENS E MEDALHAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO**

VALOR ESTIMADO GLOBAL: **R\$ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil reais).

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Res. nº 01/2011 do TCESP.
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no D.O.E., Caderno do Poder Legislativo, parte do TCESP, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14/01/93, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do CPC.
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Suzano, 26 de outubro de 2023.





RESPONSÁVEIS QUE ASSINAM A ATA E/OU AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE / AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO:

Nome: JOAQUIM ANTÔNIO DA ROSA NETO	Fone(s):
Cargo/Função: VEREADOR, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	
CPF.:	RG.:
Data de Nascimento:	Naturalidade:
End. Residencial:	
E-mail institucional / pessoal: presidencia@camarasuzano.sp.gov.br joaquimrosa@camarasuzano.sp.gov.br	

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: CÍCERO PIRES DE CARVALHO	Fone(s): (11) 3106-1957
Cargo/Função: SÓCIO-PROPRIETÁRIO	
CPF.:	RG.:
Data de Nascimento:	Naturalidade:
End. Residencial:	
E-mail institucional: ciplac@uol.com.br	
E-mail pessoal: ciplac@bol.com.br	
Site:	

Assinatura: _____



**GESTOR DO CONTRATO:**

Nome: DANIELLE ITIMURA	CPF.:	Fone(s):
Cargo/Função: CHEFE DE EQUIPE DO CERIMONIAL		
RG.:	Nascimento:	Naturalidade:
End. Res.:		
Email instit.: danielle@camarasuzano.sp.gov.br	Email pess.:	

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO A REQUISIÇÕES PELO TCESP:

Nome: ALEXANDRE JAQUIER DA CÂMARA BRAZÃO E SILVA	
Cargo/Função: DIRETOR DE COMPRAS, SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO	
CPF.:	RG.:
End. Funcional: Rua Três Poderes, nº 65 – Jd. Paulista – Suzano/SP. CEP 08675-225	
E-mail institucional: ajcbs@camarasuzano.sp.gov.br	
E-mail pessoal: ajcbs@gmx.com	
Fone(s): (11) 4744-8001	

Suzano, 26 de outubro de 2023.

*** **





ANEXO LC-03
DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO T.C.E.S.P.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO

CONTRATADA: **CIPLAC COMÉRCIO DE PLACAS E CARIMBOS LTDA.**

CNPJ DA CONTRATADA: **54.472.097/0001-64**

CONTRATO Nº: **010 / 2023**

VIGÊNCIA: **de 27 / 10 / 2023 a 27 / 10 / 2024.**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS DE HOMENAGENS E MEDALHAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SUZANO**

VALOR ESTIMADO GLOBAL: **R\$ 55.000,00** (cinquenta e cinco mil reais).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes ao correspondente evento em epígrafe, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Suzano, 26 de outubro de 2023.

Ver. JOAQUIM ANTÔNIO DA ROSA NETO
Presidente

E-mails (institucional / pessoal)

presidentecms@camarasuzano.sp.gov.br

joaquimrosa@camarasuzano.sp.gov.br

*** **



Pág. 18/18

